



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, 2020
(Do Sr. João Daniel)

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Fernando Azevedo, Ministro da Defesa, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, sobre a aquisição de um satélite-radar, feita pela Aeronáutica, no penúltimo dia de 2020, em contrato sigiloso, sem licitação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50, da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, sejam solicitadas, informações ao Excelentíssimo Senhor Fernando Azevedo, Ministro da Defesa, sobre a aquisição de um satélite-radar, feita pela Aeronáutica, no penúltimo dia de 2020, em contrato sigiloso, sem licitação.

As razões para este pedido se baseiam em dados que nos chegam pela imprensa, de que “a Aeronáutica comprou no penúltimo dia de 2020 em contrato sigiloso, sem licitação por R\$ 175 milhões um satélite-radar para monitorar o desmatamento na Amazônia”.

Segundo publicação do UOL, a operação foi questionada “em um documento protocolado em setembro pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que informou ao MCTIC - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações que o satélite-radar da banda X (...) “não é apropriado para o monitoramento do desmatamento na Amazônia””. Pela informação, o parecer do INPE foi omitido nas informações que o governo Bolsonaro enviou sobre a aquisição à Câmara dos Deputados.

Por outro lado, como se tem conhecimento, o sistema de monitoramento da Amazônia feito pelo INPE não se trata de um produto único para fiscalizar a floresta, mas um conjunto de elementos disponíveis que permitem “ampliar e consolidar competências em





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

ciência, tecnologia e inovação nas áreas espacial e do ambiente terrestre para responder a desafios nacionais.”

Segundo especialistas, trata-se da melhor ferramenta disponível para esse tipo de atividade no mundo e já inspirou a criação de sistemas similares em outros países, embora o governo Bolsonaro insista em criticar a atuação do órgão, o que dá margem a esse tipo de aquisição como vem sendo tentada agora.

Desta forma, pedimos as seguintes informações:

- 1) Qual a modalidade de licitação utilizada?
- 2) Quais as empresas participaram do certame?
- 3) No caso de contrato direto qual a empresa escolhida para o fornecimento?
- 4) Qual a justificativa para a compra direta?
- 5) Qual o valor efetivo da compra?
- 6) Uma cópia do referido contrato.
- 7) Informar se houve a recomendação do INPE para a não aquisição do equipamento?
- 8) Caso positivo, qual foi a recomendação e por que não foi considerada?
- 9) Como o Ministério da Defesa utiliza as informações e a expertise do INPE no monitoramento da Amazônia e de outros biomas brasileiros?
- 10) Como a Aeronáutica fará o uso dos dados dos equipamentos adquiridos?

Deputado João Daniel
(PT/SE)

